

POLÍTICA ECONÔMICA OU ENTÃO O CAOS

Luiz Carlos Bresser-Pereira

Folha de S. Paulo, 25.10.1983

A oposição não teve condições mínimas para negociar com o governo federal no caso do decreto 2.045, já que o presidente do PDS não tinha autoridade para tal. Por isso não lhe restou outra alternativa senão rejeitar o decreto. E por isso também foi inevitável que o governo federal enviasse novo decreto para o Congresso, já que seu acordo com o FMI é inviável sem a desindexação parcial dos salários e o aumento dos impostos.

O que era perfeitamente evitável era a decretação do estado de emergência em Brasília no momento em que o decreto 2.045 estava para ser rejeitado. Não logrou impedir sua rejeição, desmoralizou ainda mais o governo no plano político, e agora funciona como um obstáculo às negociações necessárias entre governo e oposição no plano da política econômica.

Porque não há dúvida alguma que, apesar da repulsa que o 2.064 vem causando por provocar um violento achatamento dos salários da classe média, essa negociação é necessária.

O Brasil enfrenta uma crise econômica sem precedentes derivada de uma política de ajustamento fortemente restritiva, que tem como objetivo re-equilibrar as contas externas do Brasil. Podemos ter objeções quanto a essa política, especialmente devido à severidade das medidas de ajustamento, que visam obter saldo comerciais imensos a curtíssimo prazo (6 bilhões de dólares neste ano, 9 em 1984). E também porque os economistas do Fundo Monetário internacional e do governo não são capazes de compreender (1) que o desequilíbrio externo atual não se deve ao fato de que o Brasil esteja gastando mais do que produzindo, e (2) que a inflação não se deve ao déficit público, ao aumento da quantidade de moeda e, portanto ao excesso de demanda.

Essas objeções, entretanto, não mudam um fato objetivo: para obter o equilíbrio externo o Brasil terá que realizar sacrifícios, teremos que reduzir os padrões de consumo, não tanto quanto o FMI pretende, mas certamente mais do que desejaríamos.

A oposição sabe disso. Por isso precisa negociar. Precisa fazer concessões de forma a permitir que o governo leve a diante sua política. O interlocutor deverá ser diretamente o Ministro do Planejamento que é o único homem no Governo, além do Presidente, com autoridade para negociar nessa matéria. E o governo precisa também fazer concessões, precisa ouvir o Congresso. Se este recusou o 2.045 não faz sentido enviar um decreto 2.064 que mantém o corte do total da massa de salário nos mesmos 80% do INPC, com a diferença que todo o peso cai agora sobre a classe média.

Em matéria de política salarial, uma solução conciliatória, viável no curto prazo, seria garantir o INPC de 100% até três salários mínimos e depois estabelecer 80% do INPC para os demais salários até 20 salários mínimos, garantindo-se para todos os níveis salariais 100% do INPC até os primeiros três salários mínimos. Outra alternativa mais técnica seria voltar-se à utilização de uma fórmula de reajustamento salarial que garanta a manutenção do salário médio real ou estabeleça um pequeno redutor planejado para o mesmo. Há dois tipos de fórmulas que levam a esse resultado, uma já praticada anteriormente, a outra incluída no Programa Nacional do PMDB: a escala móvel. O governo e a oposição conhecem perfeitamente essas fórmulas e podem entrar em um acordo sobre elas.

Em síntese, a oposição pode desejar do governo federal uma posição mais firme na negociação com os credores internacionais, pode falar em moratória, pode ter outras teorias sobre como combater a inflação, pode considerar que a atual política econômica agrava ao invés de resolver os problemas financeiros e econômicos do Brasil. E, em função dessa visão alternativa, tem o direito e o dever de criticar, de forma a obter algumas modificações nessa política. Mas não pode impedir que uma política seja posta em prática.

Porque, no momento, a alternativa à total paralisação do Estado é o caos econômico. Há várias possibilidades de se enfrentar a crise atual através de política econômica, umas

melhores outras piores. A pior de todas as alternativas, entretanto, é imobilizar o Estado, é impedir que qualquer política econômica seja posta em execução. Por isso, negociar é preciso.(25/10)